

A ÉTICA DO DISCURSO CONTRA O CHARLATANISMO, UMA RESENHA

Leonardo Domingos¹

UFRN: <https://orcid.org/0000-0003-3926-4321>

DOI: [10.21680/1982-1662.2024v7n41ID37039](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2024v7n41ID37039)

Resenha: BILATE, Danilo. **Ensaio Histórico sobre o “CHARLATANISMO” em Filosofia.** Rio de Janeiro: MUAD, 2024.

O autor da aqui tratada obra, cuja leitura é agradável, fluida e instrutiva, é Danilo Bilate, docente de filosofia pela UFRRJ. Ele é doutor em filosofia pela Université Paris I Panthéon-Sorbonne e UFRJ, sua produção e sua pesquisa se destaca por lidar com o pensamento de Nietzsche e o humanismo. O tema da obra, vindo de um tal estudioso, pode parecer inusitado, dado que Nietzsche não é amplamente reconhecido pelo rigor filosófico (pois escreve, muitas vezes, em aforismos ou formas literárias). No entanto, Bilate adota uma abordagem interessante ao tratar do charlatanismo, utilizando a retórica, o estilo e o gosto como chaves de análise, em vez de se concentrar em aspectos lógicos e metodológicos para definir o que torna uma obra filosófica válida ou digna do esforço do leitor. Com essa perspectiva, Bilate esclarece que o termo pejorativo “charlatão” pertence a um campo semântico que inclui “pedante”, “enganador” e “sofista”. Essas acusações são frequentemente feitas por uma escola de pensamento contra outra ou por uma época histórica contra outra – como os renascentistas contra os escolásticos medievais. Bilate mantém uma posição relativamente neutra nessas disputas, focando nos elementos formais comuns nas acusações de charlatanismo, tais como: impostura, obscuridade, hermetismo, abstração, verborragia, pedantismo, sectarismo, impenetrabilidade e vazio categorial. Em resumo, ele identifica um erro, intencional ou não, no uso da linguagem, visto como uma falha na ética acadêmica, uma discussão que, segundo o autor, remonta ao

¹ Email:leonardexistimans@live.com

período romano.

A obra de Bilate está dividida em três partes principais, cada uma abordando aspectos distintos do problema do charlatanismo na filosofia. A Primeira Parte: O Problema começa com uma introdução ao tema, utilizando Arthur Schopenhauer como ponto de partida anacrônico, e segue com uma análise histórico-filológica, abordando as primeiras utilizações do termo e seus desdobramentos, incluindo os "charlatães letrados". A Segunda Parte: O Problema Explicado pela História das Palavras mergulha na história dos séculos XVI e XVII, destacando figuras como Erasmo de Roterdão e Michel de Montaigne, e analisa a retórica e as controvérsias entre filósofos como Jean-Jacques Rousseau e Voltaire. A Terceira Parte: Ramificações do Problema examina o problema sociológico da distinção e a decadência da República das Letras, com exemplos de Ludwig Wittgenstein e Theodor Adorno. A obra culmina com uma conclusão e um epílogo com curtos esclarecimentos.

No primeiro capítulo do livro, "Schopenhauer como ponto de partida anacrônico", o autor situa o problema do charlatanismo, partindo de Schopenhauer, não para concordar com as acusações dele contra Frederich Hegel, Gottlieb Fichte, Joseph von Schelling e os pós-kantianos, mas para destacar os elementos essenciais do problema. Assim, o autor expõe Schopenhauer preocupado com o valor iluminista de buscar a verdade e instruir através de um falar com franqueza, simplicidade e clareza que haveria sido trocado pelos charlatães em nome de seduzir os leitores ao deixá-los perplexos com a obscuridade do que dizem, deixando no leitor a hipótese de que o autor sabe o que quis dizer, mas o leitor não foi capaz de penetrar, cabendo-lhe resolver o enigma interpretativo. Bilate observa que Schopenhauer critica os charlatães por se afastarem da experiência comum (assumindo um discurso fechado em si mesmo), impedindo uma comunicação, pois esta "só é possível como compartilhamento do que é comum a todos" (Bilate, 2024, p.37). O efeito atingido pela dificuldade interpretativa de um texto é o mistério, o encanto; a formação, no leitor, de uma hipótese de que a obra é mais profunda do que ele próprio (criando uma expectativa de descobrir algo radicalmente novo).

Bilate mostra que, ao mesmo tempo, há um elemento de preconceito na ofensa de charlatanismo contra o vulgar, popular, proletário, contra o massificado. Assim, a ofensa atingiria não só os que criam escolas com discursos que só são acessíveis aos seus iniciados, como também aqueles que se dirigem às massas, divulgando e

corrompendo o pensamento original de filósofos e correntes. Esse último sentido se explica quando o autor elabora uma consideração histórica do uso do termo (no segundo capítulo), observando o sentido de vendedor de feira que tagarela para conquistar clientes, o que poderia ter surgido nos séculos XVI e XVII. Naquele momento, o campo semântico incluía o boticário, o cirurgião, o sofisticador e o ator, ou seja, todos que vendem algo ao público através de seu discurso. Apenas por volta do século XVIII o charlatão passa a ser o erudito e filósofo universitário. O termo começa a ser usado como elemento de distinção entre aqueles que fazem parte de instituições (como a Academia) e os que não fazem, marcando uma separação entre o saber popular e o acadêmico. Outros usos começam a englobar todos os eruditos, institucionais ou não, por seu excesso de informação de pouca relevância, seu apego às línguas mortas e suas promessas descumpridas. Já no século das Luzes não se encontrava os vendedores de feira, os charlatães clássicos, fazendo o termo recair sobre os pedantes “subalternos da faculdade” (Bilate, 2024, p.57). Os charlatães letrados, diz a caracterização, usam de estratégias “para chamar a atenção e para agradar [... costumam] se apresentar sempre de maneira autoelogiosa e por vezes por apresentar um adversário de maneira muito desfavorável, sempre a partir de um ponto de vista supostamente neutro e, sobretudo, por um falatório que impede o contraponto dialógico de seu público” (Bilate, 2024, p.59- 60).

No primeiro capítulo da parte dois, Bilate observa o tom que a acusação ganha com Erasmo de Roterdã e Michel de Montaigne contra os místicos que provocavam um gozo sagrado, uma sensação de participar de algo raro por saber operar com o tosco vocabulário do charlatão. O autor também observa que já John Locke participava de uma tradição de pensamento da Inglaterra (que chega ao século XX na filosofia analítica, a qual, aliás, o autor deveria ter abordado mais) de criticar o uso das palavras descoladas de seus referentes e criar significados novos para as mesmas palavras ou mesmo palavras novas sem um sentido claro. Tal tradição acabaria atacando a retórica como sendo uma fonte de sedução que se afasta do dizer claro e franco, crítica que não dispensaria sequer Aristóteles, pois Bacon o teria acusado de praticar a sofística, *i.e.*, um discurso sedutor e sectário, que afirmaria sua escola como melhor que a dos outros. Na França, informa Bilate, o debate sobre as boas práticas no mundo erudito logo chegou, mas na figura de literatos como Jean-Baptiste Molière, momento em que o charlatão ganha presença como personagem típico de

obras ficcionais e é visto como símbolo de mau gosto.

O segundo capítulo da parte dois mostra como o termo foi usado pelos mais distintos iluministas, passando por Adam Smith, Voltaire, Diderot, Rousseau. Mas os antifilósofos, como Mr. Ferret, não deixaram de acusar precisamente os iluministas de “serem sedutores e corruptores por sua maneira de escrever e isso ajuda a explicar a morte lenta do respeito devido à retórica” (Bilate, 2024, p.111); aqui Bilate lamenta a cisão entre literatura e filosofia (e na conclusão do livro afirmará que é uma cisão arbitrária). Como prova da ambivalência da ofensa, o autor observa que Rousseau acusou alguns de ser charlatão, mas ele próprio foi acusado por diversos outros, como Voltaire, Hume, Diderot, Fichte, de ser um. Nesse período, a discussão toma caráter de uma apologia ao dizer claramente, um compromisso com um projeto humanista de compartilhar conhecimento, em oposição às seitas afastadas do senso comum e da vida cotidiana, que se constituem unindo certeza (fé no discurso) e obscuridade.

Com uma mudança de pólo geográfico da filosofia para a Alemanha, do que ele trata no capítulo terceiro da segunda parte, a crítica à obscuridade se soma uma crítica à abstração do idealismo alemão. Para os que tomaram o partido da filosofia alemã, a obscuridade foi vista como símbolo de profundidade e rigor, insistindo-se na separação radical entre literatura e filosofia (separação que faltaria à filosofia de língua latina). No projeto alemão de filosofia já não estava em jogo o culto renascentista das belas letras e do bem dizer, algo que seria mais radicalizado na Inglaterra (sobretudo na filosofia analítica) por entender que o bom discurso filosófico não seduz pela forma e deve dizer a verdade de forma seca – o que não agrada a Bilate que acredita no meio termo entre a clareza e a elegância.

Uma objeção básica que se poderia levantar contra esse uso do termo e que Bilate não levanta, é que a física quântica ou a teoria da relatividade, por exemplo, não são acessíveis pelo senso comum (uma vez que são contra nossa intuição) mesmo sendo áreas bastante consolidadas de investigação. Poderíamos, então, concordar com os iluministas sobre uma ética do discurso que preza pela comunicação clara e pelo uso da razão o mais próxima possível dos referentes e significados ordinários; mas teríamos que discutir quando algo que parece absurdo pode ter sentido real. A diferença entre um discurso charlatão (como da astrologia) e um discurso científico (como a física quântica) estaria em que o primeiro usa da retórica para justificar suas teses mesmo contra as provas factuais e o último traz relatos e teorizações que têm

como fundo empírico, como matéria, experimentos em aceleradores de partículas e análises formais (matemáticas); havendo um fundo de experiência compartilhado entre os iniciados (os físicos) que dá significado ao discurso, ainda que não seja uma experiência acessível à maioria das pessoas. Vemos que é uma linha muito tênue que separa um bom discurso de um mau e seria preciso uma discussão de filosofia da ciência para encontrar critérios mais sólidos de distinção (como verificabilidade, previsibilidade, revisão por pares e método), uma vez que a especialização das áreas do conhecimento implica em uma dificuldade crescente no seu acesso pelo senso comum. Algo que encaminharia para obras como *A Estrutura das Revoluções Científicas* de Thomas Kuhn (1978) e *Contra o Método*, de Paul Feyerabend (1975). Teria sido interessante encontrar alguma discussão sobre metodologia específica da filosofia, como há na obra *The Philosophy of Philosophy*, de Timothy Williamson (2007); nela o autor argumenta que os métodos filosóficos devem ser similares aos da ciência, recorrendo a argumentação lógica e evidência empírica (e uso de inferências) sempre que cabível, ele critica a visão de que a filosofia seria substancialmente diferente de outras disciplinas do conhecimento, mas, ao mesmo tempo, assume que a metafísica não é uma disciplina trivial e que pode recorrer a experimentos mentais válidos (o que já contraporaria ao purismo que deixa pouco espaço para a filosofia, como identificado por Bilate em abordagens de filosofia analítica como a de Orman Quine).

Bilate não irá se deter nisso, pois seria discutir filosofia da ciência e sua obra visa discutir retórica e estilo, além disso, o foco está na filosofia, que pode ou não ter solo no senso comum (como o autor observa, Wittgenstein e Quine achavam que deveria ter). O charlatão em filosofia, afirma o autor, usa do discurso de modo enganador pois promete conhecimento e verdade, mas os torna inacessíveis; oferta, dizemos nós, apenas uma aparência de conhecimento relevante, mas no fundo entrega truísmos ou non sense, o charlatão é alguém que descumpra uma promessa e ganha com isso vantagem na forma de prestígio, poder, cargos, privilégios; atrai para si holofotes, angaria discípulos, mas não entrega o que promete.

Da obra de Bilate podemos tirar que um discurso charlatão é empolado e difícil, entrega mais problemas do que soluções e engana por nos fazer dedicar nosso tempo de vida a um trabalho de decifração inútil. Um mau discurso peca em não ser o mais claro possível, em não comunicar em boa fé e o quanto antes a verdade que tem para

entregar, para que não percamos o nosso precioso tempo de vida. Posta nesses termos, essa ética não é do leitor, mas do autor (e cremos ser preciso que se escreva outra obra para identificar elementos de uma ética para o leitor saber se encontrar no mar de discursos). O autor deve falar apenas se tem algo relevante a dizer e não para angariar vantagens (como, em nosso tempo, emprego nas universidades); e o jargão obscuro para o próprio autor, e, ou para o público não deveria ser usado como mera ferramenta de reconhecimento entre os pares, *i.e.*, para ser aceito na seita. Isso é abordado na terceira e última parte, o autor lê o tema do charlatanismo pela luz da crítica sociológica do gosto por Pierre Bourdieu. Nessa chave de leitura, charlatão é sempre o outro, aquele contra o qual um grupo acadêmico precisa se distinguir para assumir prestígio e até um monopólio relativo do discurso. Mas falta um trabalho importante de Bourdieu (2011) para essa discussão: *Homo academicus*.²

Para concluir, podemos ver que obra de Bilate não é um desperdício de tempo (ou seja, não se trata de uma obra charlatã) e é de utilidade para os estudantes de filosofia. Recomendamos a leitura sobretudo em nosso tempo em que a atividade filosófica é institucional, correndo o risco de usar jargão como meio para se conseguir um emprego nas universidades, quando a filosofia é frequentemente praticada dentro de instituições acadêmicas que podem incentivar o uso de linguagem técnica e complexa como meio de ascensão profissional. Em um mundo onde a informação é abundante e o tempo é precioso, a clareza e a honestidade no discurso são mais importantes do que nunca. A obra de Bilate nos lembra que a filosofia deve ser um meio de esclarecer, questionar e entender o mundo, e não um campo para a autoengrandecimento ou manipulação

Referência

BILATE, Danilo. **Ensaio Histórico sobre o “CHARLATANISMO” em Filosofia**. Rio de Janeiro: MUAD, 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

² Também sentimos falta da obra *On Bullshit* de Frankfurt (2005). Nessa obra, Frankfurt argumenta que o bullshit difere da mentira por sua indiferença à verdade, não sua oposição. O bullshitter visa impressionar, não enganar. Esta perspectiva poderia complementar a obra de Bilate ao oferecer uma distinção mais sutil entre charlatanismo e simples falsidade, enfatizando a motivação por trás do discurso obscuro em filosofia.

FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**, Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. Título Original: *Against Method*, 1975.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**, São Paulo, Perspectiva, 1978.

FRANKFURT, Harry G. **On Bullshit**. New Jersey: Princeton University Press, 2005.

WILLIAMSON, Timothy. **The Philosophy of Philosophy**. Malden: Blackwell Publishing, 2007.

Recebido: 21 jul 2024

Aceito: 12 ago 22